

Colonialismo e império na história do pensamento político moderno

Javier Amadeo⁶⁰

Resumo: Tradicionalmente a história do pensamento político moderno analisou os textos dos principais autores do período como reflexões que tinham como questões centrais o surgimento dos Estados-nação, os direitos e obrigações dos cidadãos e o estabelecimento da liberdade religiosa. No entanto, nos últimos tempos teóricos políticos e pós-coloniais e historiadores do pensamento político têm interpretado as obras dos pensadores dos séculos XV até o XIX também a partir da importância da conquista, da colonização e da experiência imperial nas suas obras. Esta mudança de perspectiva tinha acontecido em diferentes áreas das ciências sociais, como a antropologia, a história ou a literatura, no entanto no caso da história do pensamento político esta transformação tem sido mais recente. O presente trabalho busca analisar, em um primeiro momento, algumas obras que podem ser consideradas pioneiras nesta mudança de paradigma. Nestas obras o tema do império aparece de forma inovadora como preocupação incontornável nas reflexões dos pensadores políticos da modernidade. Outra grande questão que procuramos discutir é a relação complexa e problemática, que uma parte importante da literatura tem destacado, da relação entre os autores clássicos da tradição liberal e a expansão imperial das grandes potências europeias. Alguns autores vão ressaltar a relação constitutiva entre liberalismo e império, ao tempo que outros vão argumentar sobre uma relação mais contraditória e com diferenças significativas entre os diversos autores clássicos.

Palavras-chave: Colonialismo; Império; Pensamento Político; Estudos pós-coloniais; Liberalismo.

COLONIALISM AND EMPIRE IN THE HISTORY OF MODERN POLITICAL THOUGHT

Abstract: Traditionally, the history of modern political thought has analyzed the texts of the main authors of the period as reflections that had as central questions the emergence of nation-states, the rights and obligations of citizens and the establishment of religious freedom. However, in recent times, political and post-colonial theorists and historians of political thought have interpreted the works of thinkers from the 15th to the 19th centuries also based on the importance of conquest, colonization and the imperial experience in their works. This change of perspective had happened in different areas of the social sciences, such as anthropology, history or literature, however in the case of the

⁶⁰ Graduado em Ciência Política pela Universidade de Buenos Aires (UBA), doutor em Ciência Política com pós-doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: javier.amadeo@unifesp.br. <https://orcid.org/0000-0002-3941-2163>.

history of political thought this transformation has been more recent. The present work seeks to analyze, at first, some works that can be considered pioneers in this paradigm shift. In these works, the theme of empire appears in an innovative way as an unavoidable concern in the reflections of modern political thinkers. Another major issue we seek to discuss is the complex and problematic relationship, which an important part of the literature has highlighted, between the classic authors of the liberal tradition and the imperial expansion of the great European powers. Some authors will emphasize the constitutive relationship between liberalism and empire, while others will argue about a more contradictory relationship with significant differences between the various classical authors.

Keywords: Colonialism; Empire; Political Thought; Post-Colonial Studies; Liberalism.

Introdução

Como afirma Sankar Muthu, os teóricos e historiadores do pensamento político moderno têm construído um cânone de autores e analisado o pensamento destes a partir de uma série de problemáticas: o surgimento dos estados-nação, a questão da soberania política, o nascimento de uma série de direitos naturais e a demanda de formas democráticas de governo, entre outras. No entanto, a experiência colonial do período e a influência desta nos desenvolvimentos teóricos dos principais autores da época tem sido relativamente negligenciada até recentemente. Nos últimos tempos teóricos políticos e pós-coloniais e historiadores têm interpretado as obras dos pensadores dos séculos XV até o XIX a partir da importância da conquista, da colonização e da experiência imperial nas suas obras⁶¹. Estes trabalhos, continua o autor, têm se centrado na discussão teórica e filosófica das obras dos autores republicanos da Renascença italiana sobre a liberdade e a conquista, dos escritos dos autores espanhóis sobre os direitos e deveres das populações indígenas das Américas, dos textos do período da ilustração sobre o colonialismo e os impérios globais até os escritos do século XIX sobre

⁶¹ No presente texto não vamos a realizar uma distinção clara e sistemática entre colonialismo e império. Simplesmente mencionar que o termo império geralmente é usado para descrever o domínio, direta ou indiretamente, de uma sociedade sobre outras por meio de instituições como as empresas comerciais imperiais. Por sua vez, o termo colonial (segundo o latim *colonus*, ou “agricultor”) é usado para descrever os territórios que envolvem assentamentos, substâncias da metrópole (Pitts, 2005, p. 259). Sobre esta questão ver, entre outros, Koebner, 1961; Pagden, 1995 e Armitage, 2004.

o processo de colonização e de construção do império britânico na Índia e em outros lugares da Ásia e África (Muthu, 2014, pp. 1-2)⁶².

Esta nova perspectiva teórica tem procurado investigar, a partir de discussões históricas, biográficas e análises de caráter textual como os pensadores políticos mais importantes da Europa moderna analisaram, e em muitos casos justificaram, os desafios teóricos e intelectuais colocados pelo comércio oceânico e pela conquista colonial. Como sustenta Muthu (2014, p. 4), para além das transformações que levaram ao processo de centralização política que culminou com a formação dos modernos estados-nação e a transformação da religião em uma questão de caráter privado, o surgimento e expansão do colonialismo e a consolidação de redes de comércio coloniais ocuparam um lugar importante no desenvolvimento do pensamento político moderno. Este processo de expansão colonial e consolidação dos modernos impérios construídos pelas grandes potências europeias como Espanha, Inglaterra ou França colocaram questões fundamentais sobre:

[...] natureza humana, propriedade, soberania, justiça internacional, guerra, comércio, direitos, deveres além-fronteiras, sociabilidade, civilização, cidadania e progresso – na verdade, sobre praticamente todo o conjunto de conceitos e ideias contestados que agora são agrupados retrospectivamente como “pensamento político moderno” (Muthu, 2014, p. 4).

História do pensamento político: o giro pós-colonial

A questão do colonialismo e do império na história do pensamento político surge de forma tardia se comparada com outras disciplinas acadêmicas⁶³. Como afirma Pitts, a antropologia começou na década de 1970 a discutir a cumplicidade da disciplina com o colonialismo europeu. Duas obras pioneiras nesta perspectiva foram *The Interpretations of Cultures* de Clifford Geertz e *Anthropology and the Colonial Encounter* de Talal Asad. Outras áreas, como a história ou a teoria literária, também sofreram uma grande influência de obras como *Orientalism* de Edward Saïd, publicada originalmente em 1978, e dos estudos pós-coloniais que se desenvolveriam

⁶² Os capítulos do livro organizado por Sankar Muthu, 2014, apresentam um interessante panorama destes desenvolvimentos teóricos.

⁶³ Para uma discussão mais ampla sobre o campo dos estudos pós-coloniais ver Cooper, 2005a, 2005b e Hiddleston, 2009, entre outros. Sobre os estudos pós-coloniais no mundo francófono. Ver, Forsdick e Murphy, 2003.

posteriormente (Pitts, 2015, p. 352).

A historiografia sobre a França e Reino Unido teria sido amplamente revisitada a partir da compressão da história destes países como parte de uma história imperial. Para Pitts, a questão central que surge nesta nova historiografia é como os Estados nacionais e as identidades europeias foram estabelecidas no processo de constituição de redes de comércio e dominação imperiais. E a própria ideia de Europa também tem sido submetida a novos questionamentos e problematizações. Como assinala a autora, as obras de Linda Colley, sobre a história do Reino Unido *Britons: Forging the Nation, 1707-1837*, e de Alice Conklin sobre a da França, *A Mission to Civilize: The Republican Idea of Empire in France and West Africa, 1895-1930*, são bons exemplos deste processo (Pitts, 2015, p. 352).

Estes desenvolvimentos teóricos tiveram pouca influência sobre a história do pensamento político moderno nas décadas de 1980 e 1990, ainda que existissem questões de interesse centrais para a disciplina como o tema do poder, a formação das identidades nacionais e a construção dos Estados-nação. No entanto, afirma Pitts, os desenvolvimentos recentes na área têm mostrado a centralidade da experiência colonial e imperial no trabalho teórico dos autores que têm discutido as ideias, e a linguagem utilizada, pelas principais figuras do cânone do pensamento político moderno nas suas formulações (Pitts, 2015, p. 355).

A questão do colonialismo e do império pode ser encontrada em alguns trabalhos pioneiros de autores vinculados com a *Escola de Cambridge* e que deram lugar a uma renovação importante sobre a perspectiva intelectual dos autores centrais da história do pensamento político moderno. Entre estes trabalhos podemos destacar a obra de J. G. A. Pocock (2005), os trabalhos de Anthony Pagden (1982, 1990a, 1990b) e as análises de James Tully (1993) e de Bhikhu Parekh (1995)⁶⁴.

O livro de J. G. A. Pocock, *The Discovery of Islands: Essays in British History* reúne um conjunto de ensaios, publicados desde 1974, que propõem uma discussão historiográfica sobre a ideia de uma “história britânica”. Nestes ensaios, Pocock discute a importância de entender a história britânica como parte de processo conflitivo de diversas nações – Inglaterra, Escócia e Irlanda – associadas no processo de construção de um domínio imperial sobre diferentes partes do mundo. O objetivo de Pocock é apresentar a história britânica como “oceânica” e “imperial” criticando a apresentação

⁶⁴ Retomamos neste ponto a leitura de Pitts (2015, p. 355) sobre as obras seminais desta abordagem.

desta história como fundamentalmente europeia.

No capítulo 2 do livro, intitulado “British History: A Plea for a New Subject (1973/1974)”, debate algumas das interpretações sobre a história inglesa – em particular a leitura de J. P. Taylor em seu *Oxford History of England* – que negam a importância do termo “britânico” para a história e identidade dos povos do arquipélago.

Afirma Pocock:

Estou usando “história britânica” [...] para denotar a história plural de um grupo de culturas situado ao longo de uma fronteira anglo-céltica e marcado por uma crescente dominação política e cultural inglesa (Pocock, 2005, p. 29).

Para Pocock (2005, p. 26) é fundamental reivindicar a necessidade de utilizar o termo “história britânica” e se apropriar do seu significado para poder analisar um conjunto de identidades historicamente constituídas que, caso contrário, seriam eliminadas de uma história exclusivamente inglesa.

Outra das questões colocadas pelo teórico neozelandês se refere ao papel do império e do *commonwealth* na construção desta identidade:

Na memória de todos aqui presentes, os ingleses têm estado cada vez mais dispostos a declarar que nem o império nem a comunidade alguma vez significaram muito na sua consciência, e que no fundo foram sempre europeus (Pocock, 2005, p. 26).

Esta afirmação seria absurda já que aniquilar a ideia do Commonwealth poderia dar lugar a questionar a própria ideia de Reino Unido ou de Grã-Bretanha (Pocock, 2005, p. 26).

Para Pocock a “história britânica” precisa ser investida de significado e entender as experiências dos diferentes povos que fazem parte de uma única histórica que tem a Inglaterra como a entidade política e cultural dominante. A Irlanda, continua Pocock, por exemplo se tornou mais nacionalista e mais revolucionária a partir da dominação política e cultural da Inglaterra, como em outros casos o nacionalismo revolucionário teria funcionado como um método para afirmar seu controle sobre este processo (Pocock, 2005, p. 33).

Os trabalhos de Anthony Pagden (1982, 1990a, 1990b) são outro exemplo importante da literatura que vai destacar a centralidade do império para a teoria política. Na sua obra Pagden analisa os debates do século XVI na Espanha sobre a legitimidade do domínio do país sobre o “Novo Mundo”. Esses debates foram travados nas linguagens do pensamento político e legal romano e da filosofia aristotélica e tomista (Pitts, 2015, p. 355).

Como afirma Padgen:

A legitimidade das conquistas tinha, conseqüentemente, sido objeto de debate desde que se descobriu que o Novo Mundo era verdadeiramente novo e habitado por povos não-cristãos que viviam no que, aos olhos europeus, eram sociedades notavelmente não-civis e “bárbaras” (Pagden, 1990a, p. 80).

Os debates sobre a legitimidade do império, e sobre direitos de propriedade, começaram em 1512 pouco tempo depois que a Monarquia espanhola buscasse tomar posse formal das Américas e continuaram até finais do século XVIII. Para Pagden “A extensão e a intensidade das lutas pelos direitos dos espanhóis na América são, talvez, inigualáveis na história da colonização europeia.” As disputas foram desenvolvidas no marco de uma tradição de legitimação ritual utilizada pela Coroa castelhana desde a idade média. Ainda que as conclusões muitas vezes tenham sido ignoradas por razões pragmáticas, como sustenta Pagden, as opiniões e declarações formulados por teólogos e juristas da corte foram importantes nas tentativas de legitimação e de elaboração de precedentes sobre determinadas questões, como neste caso a legalidade da conquista (Pagden, 1990b, p. 5).

O debate sobre o que veio a ser chamado “do caso das Índias” implicava uma discussão entre uma argumentação sobre os limites da jurisdição papal, realizada em termos de direito romano, e, por outro, uma alegação em termos de lei natural, *ius naturae*. No entanto, como afirma Pagden, o que estava no centro da discussão nos debates sobre a conquista das Américas não era tanto a soberania da coroa castelhana na América, e sim a natureza dos direitos e, em particular, dos direitos de propriedade que essa soberania envolvia (Pagden, 1990a, p. 80)

Para Pagden, o projeto da *Escola de Salamanca* – Francisco de Vitoria, Luís de Molina e Francisco Suárez – era elaborar uma filosofia moral baseada em uma interpretação aristotélica e tomista da lei da natureza. Como parte desta proposta existia uma interpretação da ideia de “propriedade” que na linguagem da lei natural foi chamada de *dominium* ou *dominium rerum*. Os teóricos da *Escola de Salamanca* argumentavam que os homens renunciaram a sua liberdade primitiva em troca de segurança e de entendimento moral, no entanto conservaram certos direitos naturais, entre os quais o mais importante era o *dominium* (Pagden, 1990a, p. 80)

Um dos argumentos esboçados afirmava que a propriedade era um dos elementos fundamentais da existência da sociedade, e que a inexistência de tais relações implicava que determinado grupo de indivíduos não fosse

reconhecido como uma comunidade civil e, como consequência, os indivíduos não poderiam fazer reivindicações com base na ideia de *dominium rerum* na disputa com invasores estrangeiros que tentassem se apropriar de suas terras (Pagden, 1990a, p. 81).

Para Padgen:

A conquista da América só poderia ser legitimada através da demonstração de que as populações nativas tinham perdido esses direitos pelas suas próprias ações. E isto, como veremos, tinha que ser feito sem pôr em perigo a afirmação de que todos os direitos eram produtos das leis de Deus e não da graça de Deus (Pagden, 1990a, p. 81).

James Tully publica, em 1993 *An Approach to Political Philosophy: Locke in Contexts*, uma série de ensaios – escritos entre 1979 e 1990 – nos quais discute algumas questões centrais da filosofia política de John Locke: a questão da propriedade, do governo limitado, o tema da liberdade e do direito de revolução.

A interpretação de Tully busca compreender a filosofia política de Locke no contexto histórico e discursivo no qual suas obras foram elaboradas e publicadas⁶⁵. Como afirma Tully, estes contextos são diversos e sobrepostos, e, portanto, é necessário analisar e entender as obras do filósofo inglês em relação a diversos debates, eventos específicos na Inglaterra, a movimentos políticos e tradições intelectuais (Tully, 1993, p. 1-2).

Para o autor, o contexto histórico é central para entender passagens importantes do capítulo “Sobre a propriedade”, do *Segundo tratado sobre o governo*, e analisar as principais premissas do argumento de Locke que serão retomadas por autores posteriores para legitimar a desapropriação das terras dos povos nativos durante o processo de colonização (Tully, 1993, p. 4).

Esta análise histórica permite destacar a importância da participação concreta de Locke nas instituições coloniais. Como afirma o Tully, Locke participou como consequência do seu vínculo com Lorde Shaftesbury de diversas instituições diretamente envolvidas na administração dos territórios de ultramar, foi secretário do *Lord Proprietors of Carolina* (1668-7), do the *Council of Trade and Plantations* (1673-4), e membro do the *Board of Trade* (1696-1700). A atuação de Locke também abrangeu sua participação em companhias de comércio de escravos como a *Royal Africa Company* (1671) e a *Company of Merchant Adventurers to Trade with the Bahamas* (1672). Como

⁶⁵ A obra de Tully tem como ponto de partida o trabalho de outros autores da *Escola de Cambridge*, como John Dunn, John Pocock, Quentin Skinner e Richard Tuck, que buscam examinar as relações entre teoria política e história.

afirma Tully, essas atividades faziam de Locke uma das pessoas mais bem informadas e que mais contribuíram na administração do sistema colonial durante a Restauração (Tully, 1993, p. 140-1)⁶⁶.

O pensamento político de John Locke, afirma Tully, está orientado por quatro preocupações, centrais na Europa do século XVII: estabelecer a natureza do governo e do poder político, analisar a relação entre religião e política, discutir a arte prática de governar e definir os tipos de conhecimento envolvidos na religião e na política. As questões econômicas, políticas e religiosas e os argumentos elaborados para dar resposta a estas questões, do ponto de vista teórico e prático, se estendiam à experiência dos principais países europeus (1993, p. 9). Neste sentido, afirma o autor:

As dificuldades que ocasionaram os quatro problemas de governo foram de quatro tipos: as guerras religiosas e civis dos séculos XVI e XVII; a consolidação administrativo-produtiva dos estados europeus modernos como unidades governamentais eficazes; a formação de um equilíbrio de poder e de um sistema comercial de rivalidade militar-comercial entre os estados; e a luta imperial europeia pela conquista, dominação e exploração de populações e recursos não europeus (Tully, 2003, pp. 9-10, *ênfase nosso*).

O capítulo 5 do livro, "Rediscovering America: the *Two treatises* and aboriginal rights", aborda especificamente esta última questão. Neste capítulo Tully discute:

[...] o papel que a teoria da propriedade de Locke desempenhou na justificação da colonização inglesa na América e na desapropriação das Primeiras Nações Ameríndias de sua propriedade e soberania (Tully, 1993, p. 4).

Tully vai a questionar a suposta universalidade dos conceitos de sociedade política e propriedade formulados por Locke, depreciando outras formas de sociedade e de propriedade, como as existentes nas Américas. Na interpretação de Tully, Locke avaliava o governo ameríndio como uma forma historicamente menos desenvolvida de sociedade política, e, portanto, em desigualdade frente as formas de organização política modernas da Europa

⁶⁶ Peter Laslett, citado no livro de Tully, também destacava a participação de Locke nas instituições coloniais, em particular no *Board of Trade*, e chama a atenção para um "paradoxo notável". "A doutrina do autogoverno e a doutrina da confiança, os princípios informativos do segundo Império Britânico e agora do mundo anglófono e no mundo educado em inglês, foram codificados pela primeira vez por John Locke, membro fundador do corpo que se tornou um símbolo histórico da determinação de negar essas doutrinas no caso da América e em qualquer outro lugar" (Laslett, 1969, p. 371). Para outras leituras em um sentido próximo ver, Ashcraft, 1969; Dunn, 1969 e Lebovics, 1986.

do século XVII. Por outra parte, Locke definia a propriedade a partir da posse individual baseado no trabalho e como consequência o uso consuetudinário da terra pelos ameríndios não implicaria um tipo legítimo de propriedade (Tully, 2003, pp. 138-9).

Desta forma, afirma Tully:

As formações políticas e a propriedade ameríndias estão assim sujeitas à soberania dos conceitos europeus de política e propriedade. Além disso, estes conceitos servem para justificar a desapropriação dos ameríndios das suas organizações políticas e territórios, e para reivindicar a superioridade das formas europeias, e especificamente inglesas, de sociedade política e de propriedade estabelecidas no novo mundo. Ao usar estes conceitos desta forma, Locke estava intervindo numa das maiores disputas políticas e ideológicas do século XVII (Tully, 2003, pp. 138-9).

É importante destacar as consequências no longo prazo. A teoria de Locke sobre a sociedade política e a propriedade, sustenta Tully, teve uma influência fundamental no século XVIII e se converteu em um elemento central das teorias do progresso e do desenvolvimento. Os debates entre juristas, humanistas e mercantilistas desse período foram de grande importância para questões de justiça política e econômica desse século e os argumentos de Locke serviram para ressaltar uma determinada visão sobre a sociedade política e sobre a propriedade, como superiores com relação a outras sociedades e formas de propriedade, justificando a subjugação de outras nações e a desapropriação de suas terras (Tully, 2003, pp. 139).

Bhikhu Parekh, em “Liberalism and Colonialism: A Critique of Locke and Mill” também vai destacar a participação de Locke em diversas instituições da administração colonial e enfatizar a justificação elaborada pelo teórico inglês para a colonização de Norte-américa, como a “mais articulada e influente defesa filosófica” (Parekh, 1995, p. 83)⁶⁷.

Para Parekh, a justificação de Locke do colonialismo inglês está inscrita na sua teoria do homem e da sociedade. Locke vai defender que os índios não tinham propriamente direitos de propriedade sobre a terra e que o uso desta era realizado de forma comum. A terra, portanto, estaria livre e desocupada e poderia ser apropriada sem o consentimento dos indígenas. Locke destaca que ainda que os índios cercassem e cultivassem a terra, eles não seriam o suficientemente industriais e avançados para fazer o melhor

⁶⁷ O artigo de Parekh toma como referência o texto de James Tully (1993), ainda que os argumentos sejam desenvolvidos em grande parte de forma independente.

uso possível. Na visão de Locke, destaca Parekh, faltava aos índios desejo de acumular riqueza e produzir para o comércio. Em contraposição os colonos ingleses seriam mais industriais e superiores, justificando assim a reivindicação destes por terras nas Américas (Parekh, 1995, p. 85).

Parekh discute o pensamento de outro autor liberal, John Stuart Mill, fundamental na justificação do colonialismo. A defesa do colonialismo de J. S. Mill, em *Utilitarianism, Liberty and Representative Government*, também tem como ponto de partida sua teoria do homem que afirma que os não-europeus seriam crianças do ponto de vista político e moral, como consequência, seria legítimo “um despotismo parental” de um povo superior para garantir seus interesses no longo prazo. Esses indivíduos, como coletividade, não tinham direito a reivindicações políticas de independência e autodeterminação. Na leitura de Parekh, J. S. Mill acreditava que ao contrário de canadenses e australianos, que eram de raça europeia, outros povos não europeus não teriam capacidade de ter um governo próprio. O governo destes povos deveria ser realizado por um corpo de burocratas selecionados, especialmente treinados, profissionalmente livres da influência da opinião pública e dos políticos eleitos. Para Parekh, embora Mill enfatizasse o valor da diversidade, a definição de natureza humana permitia uma visão restrita desta diversidade, menosprezando modos de vida tradicionais centrados na comunidade ou na etnia. J. S. Mill também seria intolerante com relação a modos de vida não liberais e seria a favor de uma política de assimilação, ainda que isso implicasse formas de coerção e violência (Parekh, 1995, p. 94-5).

A partir da análise dos escritos de Locke e Mill, para Parekh seria possível afirmar que o liberalismo contém “impulsos contraditórios”. Estas contradições não seriam somente entre o pensamento liberal e sua prática, mas no interior da própria reflexão liberal. O liberalismo, afirma Parekh, seria ao mesmo tempo igualitário, defendendo uma perspectiva universalista, e desigualitário, quando afirma as hierarquias das culturas. Os argumentos liberais podem tanto servir para uma defesa da tolerância e da paz, como para sustentar a posição contrária. Estes “impulsos contraditórios” apareceriam em Locke e J. S. Mill, dois dos mais destacados filósofos liberais, que viveram fases distintas da expansão colonial, mas que em ambos estes elementos contraditórios mostram claramente a ambivalência e cumplicidade do discurso liberal dominante com a empresa colonial europeia (Parekh, 1995, p. 82).

Liberalismo e império

Dentro desta nova perspectiva teórica na história do pensamento político moderno, como afirma Pitts, uma discussão importante que tem surgido é sobre a relação entre liberalismo e império. É possível afirmar que a história do liberalismo, entendido como a linguagem dos direitos subjetivos e do autogoverno, está estritamente vinculada com os processos de colonização e de construção de impérios europeus no mundo. Alguns elementos constitutivos do liberalismo podem ter sido fundamentais neste vínculo como uma visão teleológica da história ou uma perspectiva crítica sobre outras formas de sociedades e culturas. Por outra parte, afirma a autora, justificativas a favor do colonialismo ou da criação de impérios foram, em muitos casos, realizadas em nome de princípios tipicamente liberais como a necessidade de instituições de autogoverno ou a garantia do estado de direito. Pesquisas recentes na história do pensamento político têm problematizado esta relação entre pensamento liberal e impulso colonial (Pitts, 2014, p. 357-8).

David Armitage também vai mencionar um crescente consenso na história do pensamento político da existência de uma “relação mutuamente constitutiva entre liberalismo e colonialismo”. Para o autor, desde inícios do século XVII, os teóricos que mais tarde seriam referência fundamental do liberalismo formularam suas principais teorias para tentar analisar e justificar experiências tanto domésticas como coloniais (Armitage, 2004a, p. 602).

O livro *Liberalism and Empire* de Uday Singh Metha, publicado em 1999, tem sido uma obra importante nesta discussão sobre a relação entre a tradição liberal e o processo de exploração colonial. Metha analisa o pensamento liberal britânico dos séculos XVIII e XIX a partir da sua relação com a expansão do Império Britânico. Para o autor, o liberalismo deste período tem como pressupostos uma série de princípios éticos e políticos que considerava de alcance universal. No entanto, estes princípios foram formulados a partir de uma experiência intelectual basicamente nacional ou europeia. A experiência colonial ou imperial colocou aos pensadores liberais desafios teóricos importantes de como se confrontam com o desconhecido e com o “outro” (Metha, 1999, p. 1).

Para Metha, a associação do liberalismo com o Império Britânico foi “extensa e profunda”. É possível tomar o caso de Locke, com suas observações sobre a América, especialmente no *Segundo tratado*, ou sua obra sobre *As Constituições da Carolina*. Autores como Edmund Burke, Jeremy Bentham, James e John Stuart Mill ou Lorde Macaulay também escreveram,

de maneira copiosa, sobre o Império Britânico na Índia. Estes exemplos mostram, afirma o autor, que o conhecimento e envolvimento destes autores com o Império Britânico foi constitutivo da própria criação da tradição liberal (Metha, 1999, p. 4).

Esta relação entre liberalismo e império, sustenta Metha, não deveria ser tão surpreendente. A partir do século XVI a Inglaterra começou a construir seu império com a conquista da Irlanda. No começo do século seguinte, com a criação da Companhia das Índias Orientais, o império se expande para Ásia, e para a costa leste da América do Norte. No século XVIII o império se consolida e aumenta sua importância política com a ampliação do controle da América do Norte, o estabelecimento de diversas colônias na África, nas Filipinas e o controle de partes do sul da Índia. Para Metha, o envolvimento dos pensadores políticos britânicos com as grandes questões teóricas colocadas pela dominação colonial nas diferentes partes do mundo era, de alguma forma, bastante evidente (Metha, 1999, p. 4).

Afirma Metha,

Apesar da correspondência cronológica no desenvolvimento do pensamento liberal e do império, a inconfundível gravidade política deste último e, mais importante, a ligação clara, embora complexa, entre as ideias que eram centrais para o primeiro e aquelas que sustentavam as práticas do último, *a relação entre o liberalismo e o império raramente tem sido considerada nos últimos tempos pelos teóricos políticos* (Mehta, 1999, p. 5, *ênfase nosso*).

Para Metha, seria fundamental entender esta falta de interesse da teoria política histórica e contemporânea. Na interpretação do autor, existiriam razões internas ao liberalismo pelas quais esta questão intelectual não teria aparecido nas análises teóricas do período. Esta ausência de interesse seria tanto uma pista para o problema quanto um indicador provisório de sua resolução insatisfatória no pensamento liberal" (Mehta, 1999, p. 8).

Para Metha, um tema central da relação entre liberalismo e expansão imperial se relaciona com a questão do poder, que estrutura uma relação entre um corpo de ideias que estabelecem um vínculo entre si e o mundo. A questão não seria tanto o poder real de coagir, mas fundamentalmente a relação que determinadas ideias assumem em relação a outras. Na obra *History of British India*, por exemplo, James Mill defende a existência de uma racionalidade histórica específica que permite construir uma estrutura geral a partir da qual os fatos podem ser entendidos racionalmente e podem proporcionar um

significado. Na falta dessa estrutura geral, fornecida pela razão, um evento específico seria completamente carente de significado (Mehta, 1999, p. 17-8). O projeto imperial, sustenta Metha, instala determinadas formas de fazer história e busca acomodar outras formas alternativas de dar conta de processos históricos dentro das suas perspectivas. O imperialismo liberal, continua Metha, seria “impossível sem esse compromisso epistemológico que, no século XIX, sustenta tanto o paternalismo quanto o progressismo, isto é, as principais justificativas teóricas do império”. Os pensadores liberais quando não conseguem acomodar o desconhecido dentro das premissas de seu pensamento, colocam o outro numa posição de inescrutabilidade impenetrável, eliminando qualquer possibilidade de compressão e interação (Metha, 1999, p. 18).

Segundo Metha, os principais pensadores liberais europeus encontraram um problema fundamental ao se enfrentar com um mundo desconhecido, o mundo colonial, que tentaram comparar e classificar a partir de um olhar muito particular. Mas, assegura o autor, nesse olhar particular existia também o impulso de dominar o mundo, porque a linguagem na qual se realizavam as comparações entre o mundo europeu e o mundo colonial não era neutra e estava construía por noções de superioridade e inferioridade, retrógrado e progressivo e civilizado e selvagem (Metha, 1999, p. 20).

Para Metha:

Os impulsos podem ser resistidos, e os liberais oferecem amplas provas desta capacidade, razão pela qual não afirmo que o liberalismo deva ser imperialista, apenas que o impulso é *interno* a ele (Metha, 1999, p. 20, *ênfase no original*).

O liberalismo do período, afirma Metha, tinha uma visão de si mesmo como uma tradição política marcada por seu universalismo e por seu caráter politicamente inclusivo, no entanto “quando visto como um fenômeno histórico, o período da história liberal é inequivocamente marcado pela exclusão política sistemática e sustentada de vários grupos e “tipos” de pessoas”. A suposta universalidade da concepção liberal de liberdade e das instituições com esta relacionadas, continua o autor, parecem não estar de acordo com a história real dessa tradição política. Para Metha, esta tensão entre as pretensões inclusivas da teoria liberal e os efeitos excludentes de suas práticas políticas precisam ser questionadas e submetidas a uma discussão teórica mais rigorosa (Metha, 1999, p. 46).

O que precisa ser explicado, afirma Metha, é como o liberalismo que tinha como ponto de partida o universalismo de suas proposições, gerou um

conjunto de práticas políticas que marginalizavam politicamente diversos grupos.

Mais especificamente:

[...] deve-se considerar se a confiança excludente da história liberal decorre da compreensão errônea da base geradora do universalismo liberal ou se, em contraste, a história liberal projeta com maior foco e em uma tela mais ampla a verdade teoricamente velada e qualificada do universalismo liberal. Apesar da enorme contrariedade entre a profissão de universalidade política e a história da exclusão política, esta última pode de facto elaborar a verdade e a ambivalência da primeira (Metha, 1999, p. 47-8)

O argumento de Metha para responder esta questão envolve diversos pontos que precisam ser pesquisados para ter uma resposta satisfatória. Um primeiro ponto diz respeito à articulação dos princípios do liberalismo que servem de pressuposto para a premissa da universalidade, e que tem como base um conjunto de supostos de caráter antropológico. Um segundo ponto se relaciona com a preocupação com a exclusão, com a forma como os princípios liberais são minados de forma que diversos grupos de pessoas são privados de seus direitos políticos. Autores liberais vão desenvolver um conjunto de argumentos que excluem determinadas pessoas dos direitos políticos como resultado de certos costumes ou convenções sociais. Por último, para Metha, outro conjunto de autores liberais vai sustentar a incompetência política manifesta dos excluídos e justificar esta incompetência com base também em um conjunto de descrições antropológicas. Estas estratégias de exclusão envolvem argumentos sobre “inescrutabilidade e infantilismo civilizacional” (Metha, 1999, p. 47-8)

Jennifer Pitts em *A Turn to Empire. The Rise of Imperial Liberalism in Britain and France* (2005), tem buscado analisar a relação entre liberalismo e império de uma forma mais complexa, destacando as tensões inerentes a esta relação. Afirma a autora que no final do século XVIII uma série de autores liberais, como Adam Smith, Bentham, Burke, Kant, Diderot, desenvolveram uma posição crítica com relação ao domínio imperial europeu em diversas partes do mundo⁶⁸. Estes pensadores, a maioria parte da tradição liberal, utilizaram diferentes ideias para criticar o domínio imperial da Inglaterra e da França, como por exemplo:

[...] os direitos da humanidade e a injustiça do despotismo estrangeiro, a sabedoria económica do livre comércio e a tolice da conquista, a

⁶⁸ Para uma interpretação no mesmo sentido, ver Cooper, 2005a.

corrupção do homem natural por uma civilização degenerada, a hipocrisia necessária para que repúblicas autônomas governem súbditos impotentes e sem voz, e a impossibilidade de sustentar a liberdade em casa enquanto exercem a tirania no exterior (Pitts, 2005, p. 1).

Pitts discute diversos momentos do desenvolvimento do pensamento político britânico e francês dos séculos XVIII e XIX, e analisa o que a autora denomina “giro liberal ao império”. Para Pitts, houve uma mudança importante, de uma perspectiva, na década de 1780, que acentuava uma abordagem crítica da expansão europeia, para outra visão, na década de 1830, que defendia argumentos a favor da conquista de territórios e povos.

Afirma Pitts:

O *giro liberal* para o império neste período também foi acompanhado pelo eclipse de teorias de progresso diferenciadas e pluralistas, à medida que deram lugar a noções mais desdenhosas de “atraso” e a uma dicotomia mais grosseira entre barbárie e civilização (Pitts, 2005, p. 2, *ênfase nossa*).

A obra de Pitts discute o pensamento de teóricos políticos britânicos e franceses, com especial atenção em figuras como Edmund Burke, John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, que desenvolveram obras teóricas de fundamental importância para o período, mas também tiveram um papel fundamental na administração dos impérios britânico e francês. Como coloca a autora, a reflexão destes autores combinava discussões concretas sobre a conquista e administração imperial e, também, questões mais abstratas “sobre a natureza das relações da Europa com o mundo não europeu, sobre os deveres dos países poderosos para com as sociedades mais vulneráveis, sobre a relação entre o governo representativo responsável em casa e o governo despótico no exterior”. Pitts também examina o pensamento de autores como Adam Smith e Bentham que, embora não tivessem participado diretamente da administração colonial, acompanharam de forma crítica o desenvolvimento da atividade imperial de seus países (Pitts, 2005, p. 2-3).

Para Pitts, uma pergunta central para o pensamento liberal é “o que acontece quando o liberalismo encontra o mundo?” Esta parece ser uma interrogação fundamental ainda que de bastante difícil resposta ou uma resposta que difere de desacordo entre as diversas interpretações do

liberalismo⁶⁹.

Para a autora existem divergências importantes sobre a posição dos autores liberais com relação ao império. Alguns autores afirmam que “o liberalismo sempre teve um núcleo imperialista: que uma insistência liberal no progresso e no estabelecimento do estado de direito levou os liberais repetidas vezes a apoiar projetos imperialistas”. Um exemplo paradigmático desta lógica imperialista do pensamento liberal estaria presente na missão civilizadora francesa e britânica do século XIX⁷⁰. Outros, pelo contrário, vão negar que o liberalismo tenha esse componente imperialista, afirmando o compromisso desta corrente política com a igualdade humana e a liberdade (Pitts, 2005, p. 2-3)

Na leitura de Pitts, a primeira posição que sustenta o apoio do pensamento liberal ao projeto imperialista não consegue explicar por que muitos pensadores se opuseram fortemente a este compromisso. A segunda posição, pelo contrário, tende a desconsiderar o fato de que diversos princípios liberais foram utilizados para justificar a expansão imperial. Para Pitts é necessário ter uma visão com mais matizes sobre a relação entre o pensamento liberal e a expansão imperial. Para entender esta relação, continua a autora, seria necessário investigar as tensões de determinados momentos históricos para entender a posição política e teórica dos principais autores liberais com relação a um dos desenvolvimentos políticos mais importantes dos séculos XVIII e XIX, a expansão dos impérios coloniais da Europa (Pitts, 2005, p. 4).

Para Pitts, “o giro para o império” pode ser analisada a partir de alguns elementos fundamentais em comum dos pensadores políticos liberais britânicos e franceses, em especial uma crença em que “a civilização progressista da Europa concedeu aos europeus autoridade para suspender, em suas relações com sociedades não europeias, os padrões morais e políticos que eles acreditavam que se aplicavam entre eles”. Para a autora, ainda que existisse esse elemento comum, também existiam diferenças que precisam ser destacadas. Alguns autores, como Mill e Tocqueville, defendiam e justificavam as políticas de expansão colonial de seus países. No entanto, outros autores como Smith, Burke, Bentham e Constant, tinham uma posição mais crítica e ressaltavam os problemas associados à expansão imperial

⁶⁹ Para Pitts (2005: 3), esta questão do encontro do liberalismo com o mundo não europeu parece, como a literatura recente tem demonstrado, ser muito mais importante do que tradicionalmente se pensava.

⁷⁰ Uma das interpretações mais influentes neste sentido, como analisamos anteriormente, é a análise de Metha, 1999.

européia (Pitts, 2005, p. 11).

Outro autor que vai discutir a relação entre os principais pensadores políticos europeus, alguns proeminentes membros da tradição liberal, e império é Sankar Muthu, no seu livro *Enlightenment against Empire*. Muthu chama a atenção para a existência no final do século XVIII de diversos pensadores políticos que vão denunciar as injustiças do domínio imperial da Europa, mas que também vão “desafiando a ideia de que os europeus tinham o direito de subjugar, colonizar e ‘civilizar’ o resto do mundo”. O livro destaca este episódio “anômalo” e surpreendente na história do pensamento político moderno. Em um contexto intelectual no qual a grande maioria de autores eram favoráveis à expansão imperial, um grupo de pensadores iluministas anti-imperialistas elaboraram “argumentos matizados e intrigantemente contra intuitivos sobre a natureza humana, diversidade cultural, julgamentos morais transculturais e obrigações políticas”. Em particular, a obra de Muthu discute as ideias de Diderot, Kant e Herder e analisa a relação entre as explicações sobre a diversidade da humanidade e os argumentos políticos de justificação da conquista colonial (Muthu, 2003, p. 1-2).

Muthu defende a ideia da existência de um iluminismo anti-imperialista, ainda que esta corrente tenha como característica ser uma “anomalia histórica”. Na segunda metade do século XVIII um grupo de pensadores europeus começou a criticar o colonialismo e a política imperial. A chegada de europeus às Américas originou um conjunto de debates sobre a escravidão, sobre a natureza dos habitantes do continente e sobre a questão dos direitos de propriedade sobre a terra e as riquezas da região. No período anterior também existiam críticas sobre os abusos do poder imperial, no entanto sem uma crítica radical sobre a própria missão imperial. O domínio imperial era justificado por razões religiosas, comerciais ou por causa da suposta missão civilizadora europeia ainda por aqueles pensadores que, no entanto, criticavam a violência da conquista (Muthu, 2003, p. 3-4).

Como afirma Muthu, no final do século XVIII, surge uma filosofia política verdadeiramente anti-imperialista. Um conjunto de pensadores políticos europeus critica duramente o imperialismo por considerá-lo:

[...] impraticável, perigoso ou imoral – por razões económicas de livre comércio, como resultado de princípios de autodeterminação ou integridade cultural, devido a preocupações sobre os efeitos da política imperial sobre instituições e práticas políticas internas, ou por desprezo pela ironia espetáculo de nações ostensivamente civilizadas envolvidas em despotismo, corrupção e ilegalidade no exterior (Muthu, 2003, p. 4).

Pensadores como Jeremy Bentham, Condorcet, Diderot, Herder, Kant e Adam Smith vão se opor às práticas imperialistas europeias e criticar as justificativas dominantes do imperialismo (Muthu, 2003, p. 4).

No entanto, o iluminismo anti-imperialista não conseguiu influenciar a cultura política dos países europeus. Em meados do século XIX, afirma Muthu, os argumentos políticos e filosóficos contra o imperialismo estavam ausentes dos debates intelectuais da Europa. Os principais pensadores políticos europeus no período do pós-Iluminismo ou tinham uma posição ambivalente ou eram defensores do colonialismo e do imperialismo. Para Muthu é importante destacar neste período, no século XVIII, este momento anômalo na história do pensamento político com a existência de uma corrente intelectual anti-imperialista que incluía alguns dos pensadores mais importantes da época. Todavia, no século seguinte (século XIX) assistimos a um retorno ao discurso imperialista similar ao pensamento político pré-iluminista (Muthu, 2003, p. 4-5).

Uma outra perspectiva, diferente e original, para discutir a formação de uma nova ideologia imperial e sua relação com a tradição liberal é discutida por David Armitage em *The Ideological Origins of the British Empire*. Nesta obra Armitage busca reintegrar a história do Império Britânico com a história da Grã-Bretanha no início da era moderna desde a perspectiva da história intelectual⁷¹. Para Armitage, existe certa dificuldade em pensar uma história do império, já que geralmente o pensamento político está vinculado com a história de uma comunidade política delimitada e soberana. Por esta razão, “o Império Britânico não tem sido um ator na história do pensamento político, assim como o pensamento político não tem sido geralmente hospitaleiro para considerar as ideologias do império” (Armitage, 2004, p. 3-4).

Armitage analisa o surgimento da “ideologia imperial britânica” de meados dos séculos XVI a meados do século XVIII como parte de um processo que conecta as histórias da Inglaterra, Escócia e Irlanda com a história do estabelecimento do Império Britânico, mostrando a importância da ideologia como um elemento fundamental tanto no processo de formação do Estado como no estabelecimento do Império Britânico. Uma das questões centrais analisadas pelo livro é como os principais pensadores britânicos do período problematizaram um conjunto de questões relativas à relação entre o

⁷¹ É interessante chamar a atenção que Armitage retoma a ideia de uma “nova história britânica” a partir das exortações colocadas pela obra J. G. A. Pocock, “British History: A Plea for a New Subject”, analisada no começo do texto, na qual se afirma a necessidade de reescrever a história da Grã-Bretanha em um sentido mais amplo.

protestantismo e o império, o vínculo entre liberdade e economia política e a contribuição da ideologia imperial para a emergência das “identidades britânicas” no mundo atlântico (Armitage, 2004).

Como afirma Armitage:

No segundo quartel do século XVIII, o Império Britânico compreendia o Reino Unido da Grã-Bretanha, a Irlanda, as ilhas do Caribe e as colônias continentais britânicas da América do Norte. As fronteiras daquela extensa monarquia eram guardadas por uma religião comum e pela Marinha Real. A influência suave, mas poderosa, das leis e dos costumes consolidou gradualmente a união das províncias. Seus habitantes brancos e livres desfrutavam e produziam as vantagens da riqueza e do luxo. A imagem de uma constituição livre foi preservada com uma reverência decente. Os reis de Hanover pareciam possuir a autoridade soberana e delegaram aos seus parlamentos todos os poderes executivos do governo. Durante um período crucial de quase oitenta anos (1688-1760), a administração pública foi conduzida por uma sucessão de políticos Whig (Armitage, 2004, p. 1).

Para Sartori, um dos elementos importantes da contribuição de Armitage é chamar a atenção para um momento central da formação de uma nova imaginação imperial, a construção desta imaginação teria deixado de lado o liberalismo, e sua abstração universalista, e construído uma ideia de império especificamente britânica⁷². Armitage estabeleceria a identidade do Império Britânico como protestante, comercial e livre, destacando que estes elementos não pretendiam ser colocados a partir de uma perspectiva de caráter universal, mas como resultado de conflitos políticos específicos entre os três reinos da Inglaterra, Escócia e Irlanda em um período histórico determinado, de meados do século XVI a meados do século XVIII (Sartori, 2006, p. 627).

Armitage alega:

O protestantismo, o comércio oceânico e o domínio dos mares forneceram bastiões para proteger a liberdade dos habitantes do Império Britânico. Essa liberdade encontrou a sua expressão institucional no

⁷² Nesta questão, na interpretação de Sartori, Armitage estaria oferecendo uma leitura diferente daquela proposta por Metha (1999) sobre a relação entre liberalismo e império. Para Sartori, Metha destaca dois elementos importantes no encontro do liberalismo com o mundo não ocidental. Em primeiro lugar, a consciência da desigualdade de poder. Em segundo, e ligada com a primeira, o desejo de dominar o mundo, desejo interno a própria lógica discursiva do liberalismo que se manifestaria de forma metonímica mediante a abstração. Para Sartori, “o universalismo do que Mehta chama de ‘cosmopolitismo da razão’ posiciona o ‘desconhecido’ como sempre já respondendo a um esquema abstrato de pensamento que se estabeleceu por meio das contingências da configuração cultural particular de apenas uma parte do mundo” (Sartori, 2006, p. 624).

Parlamento, na lei, na propriedade e nos direitos, todos eles exportados para todo o mundo atlântico britânico. Essa liberdade também permitiu aos britânicos, de forma única, combinar os ideais classicamente incompatíveis de liberdade e império. Em suma, o Império Britânico era, acima de tudo e para além de todas as outras formas de governo, protestante, comercial, marítima e livre (Armitage, 2004, p. 8).

Armitage, na leitura de Sartori, buscaria construir uma genealogia da concepção de um “Império Britânico” que enfatiza os elementos contingentes do seu surgimento em um momento particular do ponto de vista do discurso e do interesse político. Nesta genealogia a tradição republicana, e não a liberal, seria essencial para buscar conciliar o conceito de liberdade com o de império, num caminho em que ambos termos passam a ser fundamentados no comércio como elemento central de saúde pública. Foi a partir do comércio em expansão, articulando os interesses dos três reinos junto com as colônias ultramarinas, que foi possível integrar os elementos discursivos para construir a ideologia de um império britânico que fosse coerente. Esta fundamentação partia da ideia de um império marítimo especificamente britânico, que era um império em expansão, no qual o conceito de liberdade, extraído da tradição republicana que estimulava a atividade comercial, poderia evitar os perigos dos impérios territoriais, nos quais a expansão se constitui como um perigo para a virtude e para a vida cívica. A linguagem da economia política passou a ter um papel fundamental como uma linguagem de caráter político e constitucional a partir da qual seria possível imaginar uma nova forma de governo, na qual a metrópole e as colônias seriam unidas por um conjunto de interesses comuns. Para Sartori, na análise proposta por Armitage não haveria “nenhuma lógica profunda para aquela reconciliação peculiarmente britânica de liberdade e império – era antes uma ideologia formada a partir de um discurso peculiar” (Sartori, 2006, p. 628). Armitage estaria sugerindo a existência de um elemento particular da experiência britânica, a de um império amante da liberdade que teria despontado no pensamento político britânico antes que a tradição liberal tivesse qualquer importância política no reino (Sartori, 2006, p. 628).

Os trabalhos anteriormente analisados são centrais para examinar a evolução da literatura recente sobre o pensamento político moderno e têm possibilitado o desenvolvimento de novas perspectivas, releituras de certas interpretações dos autores clássicos e permitido o surgimento de temáticas ou problemáticas originais. A análise da teoria da propriedade de Locke e a relação com seu envolvimento nas instituições da administração colonial tem sido discutida – além dos trabalhos que já mencionamos como os de Tully

(1993) e Parekh (1995) – por Metha (1999), Armitage, (2004b) e Farr (2008). As obras de outros teóricos importantes que também tiveram papéis como legisladores ou atuaram como funcionários de empresas que participaram da exploração colonial também têm sido analisadas a partir desta perspectiva. Malcon (2002), por exemplo, discute a participação de Hobbes como acionista da *Virginia Company* e da *Somer Island Company*, que lidava com a colonização das Bermudas, e analisa as formas pelas quais o teórico inglês teria sido influenciado por esta participação. Trabalhos recentes, como os de Tuck (1999) e van Ittersum (2006), discutem a relação entre Grotius e Companhia Holandesa das Índias e criticam a visão dominante sobre o autor holandês como teórico de uma comunidade legal internacional moderna por sua visão sobre formas de soberania dividida para Estados de fora de Europa. Zastoupil (1994) e Moir et al. (1999). Da mesma forma, vão examinar a obra de John Stuart Mill, e suas observações sobre a Índia, tendo como pano de fundo sua participação na Companhia das Índias Orientais, e a influência da escola do “império” da opinião na carreira intelectual de Mill e na sua visão sobre o domínio britânico na Índia (Pitts, 2005, p. 356)⁷³. Pitts, por sua vez, (2014) vai discutir a complexidade do pensamento liberal francês, em especial a perspectiva teórica de Benjamin Constant⁷⁴ e Alexis de Tocqueville, e o surgimento do liberalismo imperial a partir da conquista da Argélia no século XIX.

Considerações finais

Nas últimas décadas assistimos a importantes mudanças nas perspectivas teóricas e metodológicas na área das humanidades. Um dos momentos importantes destas mudanças foi a publicação em 1978 da obra de Edward Said *Orientalismo* e que teve uma enorme influência na literatura, na história e em outras disciplinas acadêmicas. Na teoria política e na história do pensamento político, a influência do pensamento pós-colonial foi relativamente tardia, no entanto nos últimos tempos observamos uma mudança fundamental com uma ênfase cada vez mais importante na análise dos principais autores do pensamento político moderno a partir da influência da experiência colonial e do império. Estas novas produções têm destacado como o processo de expansão colonial e a posterior consolidação de

⁷³ Para outra interpretação sobre o pensamento de Mill que parte da relação entre nação e império para problematizar a perspectiva colonial do autor inglês ver Metha, 2014.

⁷⁴ Sobre Constant, ver também Pitts, 2008.

estruturas imperiais colocaram uma série de questões sobre a natureza humana, a propriedade, a civilização, a cidadania e os direitos e deveres, conceitos e ideias centrais para o pensamento político moderno (Muthu, 2014, p. 4).

Nas décadas de 1980 e 1990 foram publicados os primeiros trabalhos teóricos analisando a centralidade da experiência colonial para o desenvolvimento de ideias e conceitos dos principais autores do pensamento político moderno. Os trabalhos de J. G. A. Pocock, Anthony Pagden, James Tully e de Bhikhu Parekh foram pioneiros neste sentido. Estas obras apontaram para uma série de direções instigantes e abriram diversos temas para pesquisas posteriores. Estes temas foram desde a ideia, sustentada por Pocock, de entender a história britânica não como uma história fundamentalmente europeia e sim como uma história que devia ser entendida de um ponto de vista imperial. Até os artigos de Tully e Parekh que pretendiam oferecer uma leitura de Locke como um ativo participante nas instituições da administração colonial e sobre a necessidade de compreender algumas das questões centrais da sua filosofia: a questão da propriedade, do governo limitado, o tema da liberdade, como parte deste contexto. E passando pelas obras de Padgen que ressaltaram a importância dos debates do século XVI sobre a legitimidade do domínio espanhol sobre América e que tiveram grande influência nas discussões dos séculos seguintes sobre a legitimidade da colonização europeia no continente.

Nos anos 2000 assistimos a um crescimento importante na produção de trabalhos e no desenvolvimento de problemáticas teóricas relevantes. Um tema central que tem surgido neste novo conjunto de pesquisas foi a relação entre liberalismo e colonialismo. Trabalhos como o de Uday Singh Metha (1999) têm sido fundamentais para discutir esta relação. Na visão do autor, a relação entre o Império Britânico e os principais pensadores liberais do período foi profunda, colocando desafios teóricos fundamentais ao se confrontarem com o "Outro". A partir da análise das principais obras destes autores, Metha conclui que existiu um claro impulso imperialista que serviu de justificativa teórica para o processo de expansão colonial. Outros autores, como Muthu (2003) e Pitts (2005) também vão discutir esta relação, no entanto as suas conclusões buscam destacar uma relação mais complexa e problematizam a ideia do liberalismo como uma tradição monolítica, isenta de contradições internas. Pitts vai destacar o "giro liberal ao império", uma alteração de uma posição crítica da expansão colonial para uma que defendia os argumentos a favor da conquista colonial e a dominação dos povos.

Muthu, por sua vez, destaca um episódio “anômalo” na história do pensamento político, no qual diversos teóricos vão defender uma posição anti-imperialista a partir de argumentos sobre a natureza humana e o valor da diversidade cultural. Armitage (2004), por sua vez, vai analisar a ideologia imperial britânica destacando o papel da tradição republicana para pensar um império marítimo em expansão no qual fosse possível conciliar as ideias de liberdade e de império.

Uma das consequências importantes desta nova produção tem sido uma renovação interessante das perspectivas teóricas e metodológicas que implicaram em um revigoramento nas pesquisas sobre os autores clássicos do pensamento político moderno. Novas fontes de pesquisa e novas interpretações sobre fontes antigas têm possibilitado uma releitura instigante das questões abordadas que formam parte do cânone do pensamento político moderno, e seguramente este trabalho de renovação continuará.

Uma segunda questão que os trabalhos têm destacado é uma perspectiva mais universal sobre a constituição do pensamento político moderno. Os novos trabalhos têm ressaltado a importância da experiência colonial, independentemente de determinados autores serem favoráveis ou contrários, para a elaboração das principais categorias analíticas como natureza humana, propriedade, direitos, cidadania ou civilização, entre outras.

Por último é importante ressaltar como os trabalhos recentes têm destacado a importância da empresa colonial para a constituição da própria identidade da Europa. A partir destas leituras a Europa deixa de ser pensada exclusivamente a partir de suas relações internas e sua identidade passa a ser pensada em relação às outras regiões do mundo que estão sendo colonizadas pelos países europeus.

Bibliografia

- ARMITAGE, David. John Locke, Carolina and the *Two Treatises of Government*. *Political Theory*, n. 32, 2004a, pp. 602-627.
- ARMITAGE, David. *The Ideological Origins of British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004b [2000]
- ARMITAGE, David. John Locke: Theorist of Empire? In: MUTHU, Sankar (ed.) *Empire and Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- ASAD, T. *Anthropology and the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press, 1975.

- ASHCRAFT, Richard. "Political Theory and Political Reform: John Locke's Essay on Virginia", *The Western Political Quarterly*, 22, 4, 1969.
- BOURKE, Richard. Edmund Burke and the Politics of Conquest, *Modern Intellectual History*, no. 4, 2007, pp. 403–432.
- CANNY, Nicholas. "The Origins of Empire: An Introduction." In: CANNY, Nicholas (ed.) *The Oxford History of the British Empire: The Origins of Empire*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- COLLEY, L. *Britons: Forging the Nation, 1707-1837*, New Haven, Conn.: Yale University Press.
- CONKLIN, A. *A Mission to Civilize: The Republican Idea of Empire in France and West Africa, 1895-1930*. Stanford, Calif.: Stanford University Press,
- COOPER, F. *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. Berkeley: University of California Press, 2005a.
- COOPER, F. Postcolonial Studies and the Study of History. In: LOOMBA, A. (ed.) *Postcolonial Studies and Beyond*. Durham, N.C.: Duke University Press, 2005b.
- DUNN, John. The Politics of Locke in England and America in the Eighteenth Century. In: YOLTON, John (ed.) *John Locke: Problems and Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- FORSDICK, Charles e MURPHY, David (ed.). *Francophone Postcolonial Studies. A Critical Introduction*. London: Arnold, 2003.
- GEERTZ, C. *The Interpretations of Cultures: Selected Essays*. New York: Basic Books, 1973.
- GUHA, Ranajit. *A rule of property for Bengal: an essay on the idea of permanent settlement*. Paris: Mouton & Co., 1963, New edition: Duke University Press
- GUHA, Ranajit. *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India*, Oxford University Press, Delhi, 1983, New edition: Duke Univ Press, 1999.
- HIDDLESTON, J. *Understanding Postcolonialism*. New York: Routledge, 2009.
- HÖRNQUIST, Mikael. Machiavelli's Three Desires: Florentine Republicans on Liberty, Empire, and Justice. In: MUTHU, Sankar (ed.) *Empire and Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- INCE, Onur Ulas. *Colonial Capitalism and the Dilemmas of Liberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- IVISON, Duncan. *Postcolonial Liberalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- KEENE, Edward. *Beyond the Anarchical Society: Grotius, Colonialism, and*

- Order in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- KOEBNER, Richard. *Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.
- FARR, J. Locke, Natural Law, and New World Slavery, *Political Theory*, n. 36, 2008, pp. 495-522.
- LASLETT, Peter. John Locke, the Great Recoinage, and the Origins of the Board of Trade: 1695-1698, *The William and Mary Quarterly (Third Series)*, 14(3), 1957, pp. 370–402.
- LEBOVICS, Herman. The Uses of America in Locke's *Second Treatise of Government*, *Journal of the history of ideas*, 47, 1986.
- LOOMBA, A; KAUL, S.; BUNZL, M.; BURTON, A.; ESTY, J. *Postcolonial Studies and Beyond*. Durham, N.C.: Duke University Press, 2007.
- METHA, Pratap Bhanu. Liberalism, Nation and Empire: The Case of J. S. Mill. In: MUTHU, Sankar (ed.) *Empire and Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- METHA, U. *Liberalism and Empire: A Study in Nineteenth-Century British Liberal Thought*. Chicago: University of Chicago, 1999.
- MOIR, M. I. et al. *J. S Mill 's Encounter with India*: Toronto: University of Toronto Press 1999.
- MOREFIELD, Jeanne. *Covenants without Swords: Idealist Liberalism and the Spirit of Empire*. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 2004.
- MUTHU, Sankar. *Enlightenment against Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- MUTHU, Sankar. Introduction. In: MUTHU, Sankar (ed.) *Empire and Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- PADGEN, Anthony. *The Fall of Natural Man: The American Indian and the Origins of Comparative Ethnology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- PADGEN, Anthony. *Spanish Imperialism and the Political Imagination: Studies in European and Spanish-American Social and Political Theory, 1513–1830*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1990a.
- PADGEN, A. "Dispossessing the Barbarian: The Language of Spanish Thomism and the Debate over the Property Rights of the American Indians", in PADGEN, A. (ed.), *Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990b.
- PADGEN, Anthony. 1993. *European Encounters with the New World: From Renaissance to Romanticism*. New Haven, Conn.: Yale University Press.

- PADGEN, Anthony. *Lords of All the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France, 1500-1800*. New Haven and London: Yale University Press, 1995.
- PADGEN, Anthony. *Peoples and Empires: A Short History of European Migration, Exploration, and Conquest from Greece to the Present*. New York: Modern Library, 2001.
- PADGEN, Anthony. Conquest and the Just War: The "School of Salamanca" and the "Affair of the Indies". In: MUTHU, Sankar (ed.) *Empire and Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- PAREKH. B. Liberalism and colonialism: A Critique of Locke and Mill. In: PETERSE, J. N. e PAREKH. B. (ed.) *Decolonization of Imagination: Culture, Knowledge and Power*. Londres: Zed Books, 1995.
- PAREKH, Bhikhu. Decolonizing Liberalism. In: SHTROMAS, Aleksandras (ed.) *The End of "Isms"? Reflections on the Fate of Ideological Politics after Communism's Collapse*. Oxford: Blackwell, 1994.
- PERSRAM, N. *Postcolonialism and Political Theory*. Lanham, Md.: Lexington Books, 2007.
- PITTS, Jennifer. Political Theory of Empire and Imperialism: An Appendix. In: MUTHU, Sankar (ed.) *Empire and Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- PITTS, Jennifer. Constant's Thought on Empire and Slavery. In: ROSENBLATT. H. (ed.) *The Cambridge Companion to Constant*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- PITTS, Jennifer. *A Turn to Empire. The Rise of Imperial Liberalism in Britain and France*. Princeton-Oxford: Princeton University Press, 2005.
- POCOCK, J. G. A. *The Discovery of Islands: Essays in British History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005 [1973].
- ROCHTHSCHILD, Emma. Adam Smith in the British Empire. In: MUTHU, Sankar (ed.) *Empire and Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- SAÏD. Edward W. *Culture and Imperialism*. New York: Knopf, 1993.
- SAÏD. Edward W. *Orientalism*. New York: Vintage Book, 2003.
- SARTORI, Andrew. "The British Empire and Its liberal Mission", *The Journal of Modern History*, Vol. 78, No. 3, 2006, pp. 623-642.
- TUCK, Richard. *The Rights of War and Peace: Political Thought and the International Order from Grotius to Kant*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- TULLY, James. *An Approach to Political Philosophy: Locke in Contexts*.

Cambridge: Cambridge University Press, 2003 [1993].

TULLY, J. *A discourse on property: John Locke and his adversaries*.

Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

VAN ITTERSUM, Martine Julia. *Profit and Principle: Hugo Grotius, Natural Rights Theories and the Rise of Dutch Power in the East Indies, 1595-1615*.

Leiden and Boston: Brill, 2006.

ZASTOUPIL, L. *John Stuart Mill and India*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1994.